

Sabotagem no Senado

Nunca se imaginaria que o Senado viesse a estudar, com tanta profundidade, a possibilidade de um acordo parcial com os bancos credores. Trata-se, convém lembrar, de proposta que, por estes apresentada, permite transformar 75% dos juros atrasados que lhes devemos em bônus de longo prazo, com taxas de juro que poderão ser fixas. Depois de ouvir a ex-ministra da Economia e o embaixador Jório Dauster, os senadores acharam necessário convocar o novo ministro, o presidente do Banco Central e, novamente, o diplomata negociador de um acordo de discussão iniciada em setembro do ano passado e só em abril concluída.

Os senadores obtiveram todas as explicações necessárias desde o seu contato com a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, mas não se julgam ainda suficientemente informados, embora tenham todos os documentos à sua disposição. Daí a idéia de novas reuniões, desta vez a portas fechadas, como se fosse possível divulgar informações que não constassem do documento que fechou o acordo. Tudo a indicar que o Senado, que já dispõe de um parecer favorável do relator da matéria, tem na verdade um único objetivo: impedir a aprovação do acordo antes da viagem do presidente da República aos Estados Unidos. E isso por se saber que é essencial que o Brasil possa emitir sinais da sua intenção de se reintegrar à comunidade financeira internacional para obter a boa vontade e o apoio de Washington em questões muito mais complexas, como um acordo sobre o principal da dívida com os bancos e a obtenção de um stand by credit do FMI, que abrirá as portas a numerosos outros empréstimos.

O ministro Marcílio Marques Moreira, demonstrando muita paciência, teve de esclarecer mais uma vez aos senadores a importância de tal acordo, que, conforme explicitou, se torna essencial para que o Brasil possa voltar a crescer.

Um país que no passado elevou sua poupança interna a 21% do PIB, vendo-a hoje reduzida a 12%, somente poderá efetuar os investimentos necessários ao seu desenvolvimento e à manutenção do seu capital produtivo com a ajuda da poupança externa. Exemplos expressivos estão à vista. Basta lembrar que, em 1990, o Brasil recebeu do Exterior recursos de apenas US\$ 406 milhões, enquanto países que conseguiram fechar acordos com os seus credores foram aquinhoados, no mesmo ano, com somas bem mais vultosas. Assim, US\$ 8.400 milhões couberam ao México, US\$ 2.273 milhões ao Chile e US\$ 1.800 milhões à Venezuela, o que explica que tenham podido chegar a crescimento significativo dos seus PIBs e sem inflação.

No entanto, em nome de uma soberania que condena o País ao pauperismo e ao desemprego sem remediar os males da inflação, alguns senadores se recusam a encarar essa realidade. Quatro deles pediram vistas do relatório não com a intenção, conforme alguns, de obstruir o projeto, mas de melhor entender o acordo.

Em consequência dessa conduta e da falta de entendimentos relativos à Informática e à Lei da Proteção da Propriedade Industrial, o presidente Fernando Collor de Mello chegará de mãos vazias a Washington, postergando-se, ademais, acordos bem mais importantes.

